

n.º 4/2009 e Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril, para autorização superior;

g) Providenciar todas as medidas necessárias a dar cumprimento às regras e deveres da entidade empregadora pública no que diz respeito à segurança, higiene e saúde no trabalho, no cumprimento da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro;

h) Elaborar as propostas dos mapas de pessoal previstos nos artigos 5.º e 6 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

i) Elaborar o diagnóstico de necessidades formativas anuais para os recursos humanos da DGRS;

j) Apresentar proposta de Plano de Formação anual para os Recursos Humanos da DGRS;

k) Executar os projectos formativos aprovados superiormente para os recursos humanos da DGRS;

l) Preparar os procedimentos instrutórios para autorização dos pedidos de frequência em acções de formação externas;

m) Propor a sujeição a co-financiamento comunitário de projectos formativos da DGRS, ao POPH, em qualquer uma das suas medidas e eixos prioritários;

n) Assinar correspondência ou expediente respeitante à transmissão de orientações superiormente sancionadas ou respeitante a pedidos de informação ou documentos sobre a instrução de processos objecto desta subdelegação de competências.

2 — A execução das competências subdelegadas nas alíneas g) e m) do n.º 1 do presente despacho devem, contudo, ser dadas a conhecer atempadamente à Directora de Serviços de Recursos Humanos, para, em conjunto com a Chefe de Divisão de Gestão de Pessoal, serem definidas prioridades e metodologias.

3 — O presente despacho produz efeitos a 21 de Agosto de 2009.

1 de Setembro de 2009. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.
202255715

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 20277/2009

Por despacho da Directora-Geral dos Serviços Prisionais de 19/08/2009, foram as guardas de nomeação provisória abaixo indicadas do Corpo da Guarda Prisional nomeadas definitivamente na categoria de guarda, da mesma carreira, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 174/93, de 12 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 33/2001, de 8 de Fevereiro, e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 01/07/2009:

Lígia Andreia Gomes Almeida Silva;
Dulce Manuela Nunes França;
Liliana Isabel das Neves Dias;
Pétula Barbosa;
Elsa Marisa Filipe Costa;
Elizabete Maria Igrejas Pinto;
Mónica Patrícia de Matos Coelho;
Cláudia Cristina Esteves Fernandes;
Diana Pereira Dias;
Deolinda Nogueira Martins;
Elisabete Medeiros da Costa Veiga;
Maria Bernardete Pinho Martins;
Maria da Conceição Castanheira Monteiro;
Marta Alexandra de Freitas Martins;
Iolanda de La Salette Ferreira Machado
Andreia Filipa Pinto Tavares;
Joana Isabel Gonçalves Ribeiro;
Susana Raquel Ferreira dos Santos;
Carla Susana da Anunciação Monteiro;
Vera Luísa Ferreira Amaral da Silva;
Sílvia Taciana Dias Mendes;
Liliana Manuela Vieira Machado;
Beatriz da Conceição Pimparel Sousa Gonçalves;
Carla Marisa Ferreira de Moura;
Sandra Luísa Cardoso Rodrigues Boloto;
Alexandra de Fátima Azevedo da Costa;
Patrícia Sofia da Silva Abrantes;
Cristina do Amparo Vaz dos Santos;
Rita Alexandra Rodrigues Marques;
Elisa Caridade Rodrigues;
Liliana Raquel da Silva Todo Bom;
Bernardete da Conceição Mendes Vicente;
Sofia Elvira Feijó Pereira;
Mónica Sofia Ribeiro da Conceição;
Carla Alexandra Samões Gonçalves;

Fabiana Luísa Madeira Simões;
Sandra Cristina Tavares de Almeida Tomás;
Joana Rafaela Gouveia da Silva;
Susana de Jesus Marques;
Cláudia Cristina de Almeida Brás;
Carla Isabel Santos do Patrocínio;
Emiliana Marlene dos Santos Gonçalves;
Paula Margarida Pires Teles;
Sandra da Cunha Alves Moura;
Lígia Sofia de Santana Teles Couto;
Marisa de Fátima Pereira Dias Pinto;
Alcina Ferreira de Sousa;
Mónica Patrícia da Graça Soares;
Carla Marisa Santos Rodrigues;
Maria Zulmira Macedo Duarte;
Tânia Isabel Viegas da Costa Sobral;
Eduarda de Jesus Moreira Garcia;
Helena Monteiro Pinto;
Carla Cristina Oliveira Teixeira Paulino Caldas;
Marta Sofia Correia Xavier;
Maria da Conceição Firmino Caramelo;
Ana Cristina Naldo Roque da Silva;
Sandra Isabel Ricardo da Conceição;
Cristiana Beatriz Ferreira de Campos;
Estela Inês Pedro Fernandes;
Isabel Patrícia Rosa Martinho;
Célia Carina Rodrigues Marcos;
Maria de Fátima Pinto Loureiro Tomé;
Susana Catarina Ferreira Lopes;
Madalena de Lurdes Barbosa Rios;
Adélia Maria Fernandes da Silva;
Sandra Soares Teixeira;
Ana Catarina de Lemos Lopes;
Elisabete Maria Fonseca Martins;
Mónica da Conceição Marques Nunes Trindade;
Marisa do Céu Teixeira de Sousa;
Nádia Alexandra da Silva Dias;
Ana Patrícia da Silva Fraga;
Paula Cristina Alves de Moura Santos;
Vânia Sofia Afonso;
Cristina Rafael Antunes Mendes;
Lara Cristina Guerra Lopes;
Ana Paula Cavaleiro Preto Fernandes.

21 de Agosto de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.
202257724

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

Aviso n.º 15724/2009

Procedimento concursal comum, com vista ao recrutamento de um trabalhador, detentor da categoria de assistente técnico, para a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1. Nos termos do disposto n.º 3 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12/A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por despacho de 27 de Agosto de 2009 do director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente, se encontra aberto o presente procedimento concursal comum, com vista ao recrutamento de um trabalhador, detentor da categoria de assistente técnico, para a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a ocupação do lugar previsto e criado no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, a recrutar de entre indivíduos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, ao abrigo do despacho favorável do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1086/2009/SEAP, de 14 de Agosto de 2009, sobre o qual Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em substituição do Ministro de Estado e das Finanças, exarou despacho de concordância, com o n.º 599/09/MEF, de 20 de Agosto de 2009.